
Maria João de Carvalho (2014). *Os Poderes e a Escola*. Santo Tirso: De Facto Editores

A obra de Maria João de Carvalho, intitulada *Os Poderes e a Escola* é de grande actualidade e pertinência. No momento em que assistimos ao processo de destruição da escola democrática, a autora convida-nos para reflectirmos a escola actual a partir do jogo de poderes. Para além do interesse pela compreensão das práticas do seu governo e administração, a obra torna-se também importante para reflectirmos sobre o exercício da profissão docente. À luz dos novos quadros normativos podemos compreender as restrições que se têm vindo a introduzir na prática docente. O livro leva-nos a reflectir sobre o espaço de liberdade necessário para o professor assumir com responsabilidade a tarefa educativa.

Esta obra, prefaciada por Licínio Lima, centra-se, pois, na abordagem dos poderes implícitos nas formas de organização e de governação da escola. As inúmeras referências e citações bibliográficas, as reflexões analíticas e críticas (fundamentadas teórica e conceptualmente), a relevância e actualidade do tema, a escrita clara, mobilizadora e didáctica, fazem com que este livro seja um contributo significativo para repensar, a partir de teorias do poder e da sociologia do poder e das organizações, as relações Escola/Estado bem como as relações de poder que afectam qualquer organização.

O Prefácio de Licínio Lima inscreve esta investigação na linha da ruptura crítica e compreensiva da administração escolar. A autora ensaia uma interpretação sobre os poderes e a escola, conferindo particular atenção ao período posterior ao 25 de Abril de 1974 e às tensões entre democratização e modernização, entre políticas e práticas de centralização e discursos e promessas de descentralização, de autonomia e de participação.

Na Introdução, a autora sinaliza as linhas semânticas e os eixos temáticos que vão ser objecto de análise nos cinco capítulos que estruturam a economia textual deste livro: 1. *Definição de poder em termos relacionais*; 2. *O poder e a ordem*; 3. *Entre o Poder individualizado e o poder institucionalizado*; 4. *Poder e democracia*; e 5. *A Escola e a sua relação com o poder*. A estes cinco capítulos segue-se a Conclusão e as Referências Bibliográficas.

No 1º Capítulo, é analisada a relação da Escola/Estado, recorrendo a autores de referência neste domínio (Weber, Fischer, Toffler, Aron, Crozier e Friedberg entre outros). Na linha de Fischer, apresenta as três formas de relação de poder – o poder como relação causal, o poder como relação estratégica e o poder como relação conflitual.

No 2º capítulo, Maria João de Carvalho discute o poder como um dispositivo essencial às relações humanas e como um mecanismo regulador inerente à própria acção de organizar.

No 3º capítulo, a autora incide nas relações de poder que se originam numa organização “entre a estrutura legislativa, de acordo com a qual se formulam as práticas educativas, a estrutura executiva, com responsabilidade na realização dessas políticas e a estrutura judicial a quem cabe interpretar os comportamentos dos actores, condição suficiente para o estabelecimento da estratificação organizacional” (p.27). Apoiando-se em Crozier e Friedberg e em Galbraith, enuncia as diversas fontes de poder. Se para Galbraith as fontes de poder são a personalidade, a propriedade e a organização, para Crozier e Friedberg são os conhecimentos e a competência, a capacidade de exercer uma forte ligação com o exterior e o conhecimento do sistema de comunicação, de informação e das regras de funcionamento de uma organização.

No 4º capítulo, a autora faz uma breve explanação sobre o conceito de democracia desde a antiguidade grega até à democracia nas sociedades modernas. E centra a abordagem nas relações de poder que emergem do contexto da organização escolar para concluir que “a escola portuguesa, ao longo da sua existência, tem sido marcada por relações de poder que foram desenhadas por diferentes formas de poder político que permitem delinear diferentes modos de racionalidade” (p. 46).

Por último, no 5º capítulo, são abordados os conceitos de centralização, de descentralização e autonomia. A autora faz uma breve resenha, de cariz historicizante, desde a política educativa centralizadora do Marquês de Pombal, passando por algumas reformas escolares oitocentistas e pelo ideário descentralizador da I República até ao governo autocrático do Estado Novo. Analisa ainda com detalhe alguns normativos como, entre outros, o Decreto-Lei nº 115-A/98, o Decreto-Lei nº 75/2008 e o Decreto-Lei nº 137/2012 que pretendiam instituir nas escolas o regime de autonomia, administração e gestão.

Maria João de Carvalho conclui este seu estudo sustentando que a centralização burocrática do ensino se tem revelado uma invariante estrutural antes e depois de 1974, não obstante a retórica dos discursos governamentais que vão no sentido da descentralização e da autonomia das escolas. E concluiu que “da incursão pelos meandros do poder [se fica] com a ideia de que o Ministério da Educação e Ciência nunca foi capaz de se libertar de uma atitude centralizadora e, conseqüentemente, instrumentalizadora, não permitindo que os actores educativos ficassem na dianteira da gestão da organização escolar” (p.101).

Após este excurso pela interioridade discursiva deste livro, constatamos que se trata, efectivamente, de uma obra solidamente alicerçada em teorias e conceitos, onde são revisitadas investigações relevantes para esta temática com recurso sistemático a uma diversidade de autores que sustentam conceptualmente este estudo.

Em síntese: o livro que recenseámos de Maria João de Carvalho procura dar inteligibilidade aos diferentes poderes que permeiam a organização escolar, dando especial relevância ao actual modelo de gestão quanto ao poder que decorre da estrutura hierárquica. A autora aponta pistas que vão no sentido da concretização da autonomia das escolas de forma a que a organização escolar seja um espaço de exercício de uma cidadania emancipatória onde se exerça com liberdade o poder tantas vezes negado.

E para finalizar subscrevemos as palavras de Licínio Lima (p.9): "existem múltiplas razões para que o leitor interessado no estudo da organização escolar e na compreensão das práticas do seu governo e administração lhe dedique atenção e se confronte, criticamente com as opções da autora".

José Viegas Brás & Maria Neves Gonçalves
zevibras@gmail.com; maria.neves.g@gmail.com